

# I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA/PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O INSTITUÍDO E O PRATICADO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS PARÁ-PA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1<sup>a</sup> edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

PACHECO; Tatiana Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

#### FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA/PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O INSTITUÍDO E O PRATICADO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS PARÁ-PA

Tatiana Santos PACHECO<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Mestrado profissional em Educação Inclusiva-PROFEI da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

E-mail: [tatipacheco31@hotmail.com](mailto:tatipacheco31@hotmail.com)

**RESUMO:** A presente pesquisa em andamento discute a formação de professores na perspectiva da Educação para Inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais – NEE na rede básica de ensino. Visando uma discussão enveredada pelo debate entre o instituído e o praticado no âmbito das práticas inclusiva na escola básica do município de Parauapebas, amparado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de uma investigação de caráter pesquisa-ação a partir da abordagem qualitativa ancorada nos princípios da dialética crítica evidenciando os aspectos contraditórios da realidade e dos movimentos sócio-histórico, sócio-político e sócio-cultural da educação inclusiva no país. Tem-se como campo empírico a rede básica do município de Parauapebas - PA. Cujos sujeitos de pesquisa sendo os professores da Educação Infantil, contando com entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados e análise documental para averiguar as discrepâncias entre instituído e praticado no âmbito da política de educação inclusiva. Opta-se pelo Produto Educacional que será um Plano de Ação de Formação de Professores de Educação Inclusiva.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Formação de Professores. Políticas Públicas. Inclusão.

### INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação – PNE, instituído sob a Lei nº 13.005/2014, com vigência de dez anos (2014-2024) estabeleceu metas para ser alcançadas pela Educação e suas políticas educacionais, dentre elas a meta 04 voltada para garantias de atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais para além da oferta de matrículas e uma visão integradora. Dentre as dez diretrizes do PNE, consta “a IX - valorização dos (as) profissionais da educação” (BRASIL, 2014, p.8) o que pressupõe a formação de professores para garantir o que preconiza a meta 04 do plano – educação inclusiva e atendimento especializado para os alunos com NEE, reiterado pelas metas 15 a 18 que abordam a formação de professores. Pela Lei Brasileira da Inclusão, isto é, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituída sob a Lei nº 13.146/2015, estabelece-se no art. 28, mais especificamente nos incisos X e XI assegurar a legitimação de práticas inclusivas na formação inicial e

<sup>1</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, [tatipacheco31@hotmail.com](mailto:tatipacheco31@hotmail.com)

continuada dos docentes para garantir o atendimento aos alunos com NEE nas escolas regulares e no Atendimento Educacional Especializado – AEE. No cenário das políticas de formação docente no Brasil nos últimos dez anos, o aporte referencial tem sido o PNE (2014-2024), principalmente no que tange a implantação e implementação de políticas educacionais e, aqui, a centrada na formação de professores tanto inicial quanto continuada. Assim sendo, acredita-se que, pensar a formação de professores para educação inclusiva requer a construção de práticas formativas docentes para que se garanta o direito à equidade no acesso, permanência e aprendizado dos alunos com NEE tal como prevê as diretrizes das leis.

Neste contexto investigar sobre a implementação das políticas para formação de professores para educação inclusiva, especialmente, pelas lentes do que está instituído e o que efetivamente tem sido praticado, torna-se relevante. Entretanto, não se trata de nada excepcional e sim, de cumprimento da legislação em relação à inclusão e a formação de professores.

Diante do exposto é que a pesquisa tem se enveredado e desenhado o estudo. Buscando responder ao problema de pesquisa que consiste em saber de que maneira têm sido efetivadas as políticas públicas educacionais para formação de professores na perspectiva da/para inclusão escolar frente à realidade das escolas e do alunado com necessidades educativas especiais, considerando o que tem sido instituído e o que se tem efetivamente praticado pelos municípios interioranos do país? Trazendo para o cerne do debate as considerações acerca da (1) concepção de educação inclusiva está sendo praticada; (2) como tem sido pensada a formação continuada e as práticas de inclusão na rede; quem são os profissionais de educação que lidam com o apoio aos docentes e discentes no âmbito da inclusão; (4) quais as discrepâncias entre o direito instituído e a garantia assegurada e (5) as dicotomias entre incluir, integrar, segregar, socializar.

Cujo objetivo macro estabelece-se por analisar de que maneira têm sido efetivadas as políticas públicas educacionais para formação de professores na perspectiva da/para inclusão escolar frente à realidade das escolas e do alunado com necessidades educativas especiais, considerando o que tem sido instituído e o que se tem efetivamente praticado no município de Parauapebas, no Pará.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar sucintamente sobre a Educação Especial e, mais especificamente, na perspectiva da Inclusão nesta proposta de investigação parte-se do marco histórico por volta do século XIX, o qual, de acordo com Bueno (1999) marcou a história da deficiência, isto é, o período em que se comprehende que além de hospitais e abrigos as pessoas com deficiência precisam também de atenção especializada.

De acordo com os estudos de Januzzi (2013), no Brasil, a ideia de Educação Especial pelas Políticas Públicas Educacionais ganhou força historicamente a partir da década de 1970, embora, mais com viés clínico do que educacional. Somente a partir dos anos de 1970 o posicionamento sobre a Educação Especial com atenção à deficiência passa a ter outra ideia, a excepcionalidade.

Nos estudos de Sasaki (2002), no âmbito da legislação educacional somente a partir da primeira Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação - LNEBE, lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, foi criado o Conselho Federal de Educação, e nela apareceu a expressão “educação de excepcionais”. Desse modo, aparece pela primeira vez a preocupação – ainda que de forma singela, pela educação das pessoas com deficiência no país. Na década de 1990, a Política Pública para Educação no país prevê de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº. 9.394/96, que a Educação Especial passa ser uma modalidade de educação e deve ocorrer preferencialmente em escolas regulares e em turmas 7 comuns. E reiterado no art. 58 ser dever do estado prover condições de organização escolar entende-se que, a formação de professores configura uma das condições para garantir aos discentes o direito de acesso, permanência e aprendizagem.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução CNE/CBE nº. 2/2001 preconizam no art. 2º que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001). Considera-se, portanto que, a Educação no projeto da Inclusão enfatiza que a escola deve oferecer condições adequadas para atender a diversidade das crianças em fase de ingresso escolar.

Diante do ponto de vista de Novea (1991) em relação à Educação Inclusiva, pode-se, considerar nessa perspectiva que o processo de inclusão em educação deve possibilitar a reformulação do sistema de ensino

como um todo e, inclusive, as políticas de formação de professores. Pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é reforçada a relevância da formação de professores para reconhecer a diversidade social e conviver com ela e garantir a educação de todos os alunos, sem exceção, no ensino regular.

#### **METODOLOGIA**

O percurso metodológico estabelecido para responder aos objetivos e o problema norteador deste estudo, consiste na pesquisa de caráter pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) por ela possibilitar aos envolvidos (pesquisador e pesquisados) condições para intervenção na base empírica e desdobra-se em proposição de solução da problemática posta. Opta-se pela abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 2011) que procura captar não só a aparência do objeto, mas também suas essências, ou seja, “ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições” relacionadas ao fenômeno (TRIVIÑOS, 2011, p.74). Escolhemos como campo empírico e/ou território da pesquisa uma escola municipal de educação infantil de grande porte do município de Parauapebas/ Pará.

Opta-se pelos instrumentos para coleta de dados a entrevista semiestruturada como técnica (MINAYO, 2015) aplicada com os docentes e a análise documental (LUDKE, ANDRÉ, 2015), visando analisar os dispositivos legais e a discrepância entre instituído e praticado, bem como as metas do PME do município (e demais documentos oportunos). Quanto às análises dos dados, a priori, analisados e interpretados qualitativamente, a partir do aporte teórico com aproximação da análise do conteúdo (BARDIN, 2011) a qual nos permite compreender a percepção do conteúdo dos sujeitos participantes e articulá-los com os pressupostos da dialética que visa superar uma análise crítica-mecanicista para uma perspectiva crítico-dialética.

Por se tratar de um Programa de Mestrado Profissional, necessariamente, os resultados da pesquisa devem desdobrar-se em um produto educacional. Assim sendo, a partir dos conteúdos e dados dos entrevistados, pretende-se elaborar um Plano de Ação de Formação de Professores de Educação Inclusiva, com ênfase nas turmas de educação infantil.

#### **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, não temos dados de resultados relevantes ainda, porém foi identificado que o município pesquisado tem os documentos que regem às políticas públicas de educação especial e inclusiva, e estamos nos percursos de investigação se o que é instituído está de fato sendo realizado.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2001.
- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.005/2014, com vigência de dez anos (2014-2024) Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF: Inep, 2015a. Disponível em: <http://www.observatoriopedne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdf> Acesso em: 20 de Ago 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei 13.146 / 15. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 19 de Ago 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.
- BUENO, José Geraldo Silveira. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações (org). São Paulo: UNESP, 1999.
- JANNUZZI, Gilberta Martino. A luta pela educação do deficiente no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, 1º edição, São Paulo, Atlas. 2011.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palavras-Chave: Educação Especial, Formação de Professores, Políticas Públicas, Inclusão